

TEMA 40. Pai Nosso, que estais nos céus

Com o Pai Nosso, Jesus Cristo ensina-nos a dirigirmo-nos a Deus como Pai. É a oração filial por excelência.

14/05/2011

1. Jesus ensina-nos a dirigirmo-nos a Deus como Pai

Com o Pai Nosso, Jesus Cristo ensina-nos a dirigirmo-nos a Deus como Pai: «Orar ao Pai é entrar no seu mistério, tal como Ele é, e tal como o Filho n-o revelou: «A expressão Deus Pai

nunca tinha sido revelada a ninguém. Quando o próprio Moisés perguntou a Deus quem era, ouviu um nome diferente. A nós este nome foi revelado no Filho, porque este nome (de Filho) implica o nome de Pai (Tertuliano, *De oratione* , 3)» (Catecismo , 2779).

Ao ensinar o Pai Nossa, Jesus descobre também aos seus discípulos que eles foram tornados participantes da sua condição de Filho: «Mediante a Revelação desta oração, os discípulos descobrem uma especial participação deles próprios na filiação divina, da qual São João dirá no Prólogo do seu Evangelho: “A quantos O receberam, àqueles que crêem no seu nome, deu poder de se tornarem filhos de Deus” (*Jo 1, 12*). Por isso, rezam, com razão, de acordo com o seu ensinamento: Pai Nossa» [1].

Jesus Cristo distingue sempre entre «meu Pai» e «vosso Pai» (cf. *Jo* 20, 17). De facto, quando Ele reza nunca diz «Pai Noso». Isto mostra que a sua relação com Deus é totalmente singular, é uma relação sua e de mais ninguém. Com a oração do Pai-nosso, Jesus quer que os seus discípulos consciencializem a sua condição de filhos de Deus, indicando ao mesmo tempo a diferença que há entre a sua filiação natural e a nossa filiação divina adoptiva, recebida como dom gratuito de Deus.

A oração do cristão é a oração de um filho de Deus que se dirige ao seu Pai Deus com confiança filial, a qual se exprime nas «liturgias do Oriente e do Ocidente, pela bela expressão tipicamente cristã: “*parrēsia*”, simplicidade sem desvio, confiança filial, segurança alegre, ousadia humilde, certeza de ser amado (cf. *Ef* 3, 12; *Heb* 3, 6; 4, 16; 10, 19; 1 *Jo* 2, 28; 3, 21; 5, 14)» (*Catecismo*, 2778). O

vocabúlo “*parrēsia*” indica originalmente o privilégio da liberdade da palavra do cidadão grego nas assembleias populares e foi adoptado pelos Padres da Igreja para expressar o comportamento filial do cristão diante do seu Pai Deus.

2. Filiação divina e fraternidade cristã

Ao chamar a Deus Pai Noso, reconhecemos que a filiação divina nos une a Cristo, «primogénito entre muitos irmãos» (e 8, 29), por meio de uma verdadeira fraternidade sobrenatural. A Igreja é esta nova comunhão de Deus com os homens (cf. *Catecismo*, 2790).

Por isso, a santidade cristã, embora sendo pessoal e individual, nunca é individualista ou egocêntrica: «Se rezamos em verdade o “Pai-nosso”, saímos do individualismo, pois o Amor que nós acolhemos dele nos

liberta. O “noso” do princípio da oração do Senhor, tal como o “nos” das quatro últimas petições, não é exclusivo de ninguém. Para que seja dito em verdade (cf. *Mt* 5, 23-24; 6, 14-16), as nossas divisões e oposições têm de ser superadas» (*Catecismo*, 2792).

A fraternidade que estabelece a filiação divina estende-se também a todos os homens, porque de certo modo todos são filhos de Deus – criaturas suas – e estão chamados à santidade: «Não terra há apenas uma raça: a raça dos filhos de Deus» [2]. Por isso, o cristão há-de sentir-se solidário na tarefa de conduzir toda a humanidade para Deus.

A filiação divina impulsiona-nos para o apostolado, que é uma manifestação necessária de filiação e de fraternidade: «Tens de pensar nos outros – antes de mais, nos que estão ao teu lado – vendo neles o que na

verdade são: filhos de Deus, com toda a dignidade que esse título maravilhoso lhes confere. Com os filhos de Deus, temos de comportar-nos como filhos de Deus: o nosso amor há-de ser abnegado, diário, tecido de mil e um pormenores de compreensão, de sacrifício calado, de entrega silenciosa» [3].

3. O sentido da filiação divina como fundamento da vida espiritual

Quando se vive com intensidade a filiação divina, esta chega a ser «uma atitude profunda da alma, que acaba por informar toda a existência: está presente em todos os pensamentos, em todos os desejos, em todos os afectos» [4]. É uma realidade para ser vivida sempre, não só em circunstâncias particulares da vida: «Não podemos ser filhos de Deus só de vez em quando, ainda que haja alguns momentos especialmente

dedicados a considerá-lo, a compenetrarmo-nos desse sentido da nossa filiação divina, que é a essência da piedade» [5].

São Josemaria ensina que o sentido ou a consciência vivida da filiação divina «é o fundamento do espírito do Opus Dei. Todos os homens são filhos de Deus, mas um filho pode reagir de muitos modos diante do seu pai. Temos de esforçar-nos por ser filhos que procuram lembrar-se de que o Senhor, querendo-nos como filhos, fez com que vivamos em sua casa no meio deste mundo; que sejamos da sua família; que o que é seu seja nosso e o nosso seu; que tenhamos com Ele a mesma familiaridade e confiança com que um menino é capaz de pedir a própria Lua!» [6].

A alegria cristã tem as suas raízes no sentido da filiação divina: «A alegria é consequência necessária da filiação

divina, de nos sabermos queridos com predilecção pelo nosso Pai Deus, que nos acolhe, nos ajuda e nos perdoa» [7]. Na pregação de São Josemaria reflecte-se muito frequentemente que a sua alegria brotava da consideração desta realidade: «Por motivos que não vem a propósito referir – mas que são bem conhecidos de Jesus, que aqui temos a presidir no Sacrário – a vida tem-me levado a sentir-me de um modo muito especial filho de Deus. Tenho saboreado a alegria de meter no coração de meu Pai, para rectificar, para me purificar, para o servir, para compreender e desculpar a todos, tendo como base o seu amor e a minha humilhação (...). Ao longo dos anos, tenho procurado apoiar-me sem desfalecimento nesta feliz realidade» [8].

Uma das questões mais delicadas que o homem encontra quando medita sobre a filiação divina é o problema

do mal. Muitos não conseguem perceber a experiência do mal no mundo face à certeza de fé da infinita bondade divina. No entanto, os santos ensinam que tudo o que acontece na vida humana há-de ser considerado como um bem, porque compreenderam profundamente a relação entre a filiação divina e a Santa Cruz. É o que expressam, por exemplo, umas palavras de São Tomás Moro à sua filha mais velha, quando estava encarcerado na Torre de Londres: «Minha filha queridíssima, nunca se perturbe a tua alma por qualquer coisa que me possa suceder neste mundo. Nada pode acontecer senão aquilo que Deus quer. E eu estou muito seguro de que, seja o que for por muito mau que pareça, será verdadeiramente o melhor» [9]. E o mesmo ensina São Josemaria em relação a situações menos dramáticas, mas nas quais uma alma cristã pode sofrer e desconcertar-se: «Penas?

Contradições por aquele acontecimento ou outro qualquer? ... Não vês que é o teu Pai-Deus que o quer..., e Ele é bom..., e Ele ama-te – a ti só! – mais que todas as mães do mundo juntas podem amar os seus filhos?» [10].

Para São Josemaria, a filiação divina não é uma realidade adocicada, alheia ao sofrimento e à dor. Pelo contrário, afirma que esta realidade está intrinsecamente ligada à Cruz, presente de modo inevitável em todos os que queiram seguir Cristo de perto: «Jesus ora no horto: *Pater mi* (Mt XXVI, 39), *Abba, Pater* (Mc XIV, 36)! Deus é meu Pai, ainda que me envie sofrimento. Ama-me com ternura, mesmo quando me bate. Jesus sofre, para cumprir a Vontade do Pai... E eu, que também quero cumprir a Santíssima Vontade de Deus, seguindo os passos do Mestre, poderei queixar-me, se encontro por

companheiro de caminho o sofrimento?

Constituirá um sinal certo da minha filiação, porque me trata como ao Seu Divino Filho. E, então, como Ele, poderei gemer e chorar sozinho no meu Getsemani; mas, prostrado por terra, reconhecendo O meu nada, subirá ao Senhor um grito saído do íntimo da minha alma: *Pater mi, Abba, Pater,... fiat!* » [11].

Outra consequência importante do sentido da filiação divina é o abandono filial nas mãos de Deus, que não se deve tanto à luta ascética pessoal – ainda que a pressuponha – mas ao deixar-se levar por Deus, e, por isso, se fale de abandono. Trata-se de um abandono activo, livre e consciente por parte do filho. Esta atitude deu origem a um modo concreto de viver a filiação divina – que não é o único, nem é caminho obrigatório para todos – chamado

«infância espiritual»; consiste em reconhecer-se não só filho, mas filho pequeno, menino muito necessitado diante de Deus. Assim o exprimia São Francisco de Sales: « *Se não vos tornardes como crianças, não entrareis no reino dos céus* (Mt 18, 3). Enquanto a criança é pequenina, conserva-se com grande simplicidade; conhece apenas a sua mãe; tem um só amor, a sua mãe; uma única aspiração, o regaço da sua mãe; não deseja outra coisa senão recostar-se em tão amável descanso. A alma perfeitamente simples só tem um amor, Deus; e neste único amor, uma só aspiração, repousar no peito do Pai celestial, e estabelecer aí o seu descanso, como filho amoroso, deixando completamente todos os cuidados para Ele, não olhando para outra coisa senão em manter-se nesta santa confiança» [12]. Por seu lado, São Josemaria aconselhava também a percorrer o caminho da infância espiritual: «Sendo crianças não tereis

penas: os miúdos esquecem rapidamente os desgostos para voltar aos seus divertimentos habituais. – Por isso, com o “abandono”, não tereis de vos preocupar, pois descansareis no Pai» [13].

4. As sete petições do Pai Noso

Na oração do Senhor, à invocação inicial: «Pai Noso, que estais nos céus», seguem-se sete petições. «As três primeiras petições têm por objecto a Glória do Pai: a santificação do Nome, a vinda do Reino e o cumprimento da divina vontade. As outras quatro petições apresentam-Lhe os nossos desejos: pedidos concernentes à nossa vida para a alimentar ou para a curar do pecado, ou relativos ao nosso combate para a vitória do Bem sobre o Mal» (*Catecismo*, 2857).

O Pai Noso é o modelo de toda a oração, como ensina São Tomás de Aquino: «A oração dominical é a

mais perfeita das Orações... Nela, não só pedimos tudo o que podemos desejar com rectidão mas, além disso, segundo a ordem em que convém desejá-lo; de modo que esta oração não só nos ensina a pedir, mas também forma toda a nossa afectividade» [14].

Primeira petição: Santificado seja o vosso nome

A santidade de Deus não pode ser acrescentada por nenhuma criatura. Por isso «a palavra “santificar” deve ser entendida aqui (...), não no seu sentido causativo (só Deus santifica, torna santo), mas sobretudo num sentido estimativo: reconhecer como santo, tratar de um modo santo (...). Desde a primeira petição ao nosso Pai, mergulhamos no mistério íntimo da sua divindade e no drama da salvação da nossa humanidade. Pedir-Lhe que o seu nome seja santificado é envolvermo-nos “no

desígnio benevolente que Ele, de antemão, formou a nosso respeito” para que sejamos “santos e imaculados diante d’Ele, no amor” (cf. *Ef* 1, 9.4)» (*Catecismo*, 2807). Assim, a exigência da primeira petição é que a santidade divina resplandeça e se acrescente nas nossas vidas: «Quem poderia santificar Deus dado que é Ele que santifica? Inspirando-nos nestas palavras “Sede santos porque eu sou santo” (*Lv* 20, 26), pedimos que, santificados pelo baptismo, perseveremos no que começámos a ser. E pedimo-lo todos os dias porque diariamente cometemos faltas e devemos purificar os nossos pecados por uma santificação incessante... Recorremos, portanto, à oração para que esta santidade permaneça em nós» [15].

Segunda petição: Venha a nós o vosso reino

A segunda petição expressa a esperança de que chegue um tempo novo em que Deus seja reconhecido por todos como Rei que colmará de benefícios os seus súbditos: «Esta petição é o “*Marana Tha*”, o clamor do Espírito e da Esposa: “Vem, Senhor Jesus” (*Ap* 22, 20) (...). Na oração do Senhor trata-se principalmente da vinda final do Reino de Deus pelo regresso de Cristo (cf. *Tt* 2, 13)» (*Catecismo*, 2817-2818). Por outro lado, o Reino de Deus foi iniciado neste mundo com a primeira vinda de Cristo e o envio do Espírito Santo: «”O Reino de Deus é justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (*Rm* 14, 17). Os últimos tempos em que nos encontramos são os da efusão do Espírito Santo. Trava-se desde então um combate decisivo entre “a carne” e o Espírito (cf. *Gl* 5, 16-25): “Só um coração puro pode dizer com segurança: ‘Venha a nós o vosso Reino!’. É necessário ter passado pela escola de Paulo para dizer: ‘Que o

pecado deixe de reinar no nosso corpo mortal' (Rm 6, 12). Quem se conserva puro nas suas acções, pensamentos e palavras, é que pode dizer a Deus: 'Venha a nós o vosso Reino!'” (São Cirilo de Jerusalém, *Catecheses mystagogicæ*, 5, 13)» (*Catecismo*, 2819). Ou seja, na segunda petição manifestamos o desejo de que Deus reine actualmente em nós pela graça, de que o seu Reino na terra se estenda cada dia mais e de que no fim dos tempos Ele reine plenamente sobre todos no Céu.

Terceira petição: Seja feita a vossa vontade assim na terra como no Céu

A vontade de Deus é que «todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (1 Tm 2, 3-4). Jesus ensina-nos que se entra no Reino dos Céus, não mediante palavras, mas «fazendo a vontade do

meu Pai que está nos céus» (Mt 7, 21). Por isso, aqui «pedimos ao nosso Pai que una a nossa à vontade do seu Filho para que se cumpra a sua vontade d'Ele, o seu plano de salvação para a vida do mundo. Somos radicalmente impotentes para tal, mas unidos a Jesus e com o poder do seu Espírito Santo, podemos entregar-Lhe a nossa vontade e decidir escolher o que o seu Filho sempre escolheu: fazer o que é do agrado do Pai (cf. Jo 8, 29)» (*Catecismo* , 2825). Como afirma um Padre da Igreja, quando rogamos no Pai-nosso *faça-se a vossa vontade assim na terra como no Céu* , não o pedimos «no sentido de que Deus faça o que quiser, mas de que sejamos capazes de fazer o que Deus quer» [16]. Por outro lado, a expressão *na terra como no Céu* manifesta que nesta petição desejamos que, como se cumpriu a vontade de Deus nos anjos e nos bem-aventurados do Céu, se cumpra

também nos que ainda permanecem na terra.

Quarta petição: O pão nosso de cada dia nos dai hoje

Esta petição exprime o abandono filial dos filhos de Deus, pois «o Pai que nos dá a vida não pode deixar de nos dar o alimento necessário para a vida, e todos os bens “convenientes”, materiais e espirituais» (*Catecismo*, 2830). O sentido cristão desta quarta petição «tem a ver com o Pão da Vida: a Palavra de Deus que deve ser acolhida na fé, e o Corpo de Cristo, recebido na Eucaristia (cf. *Jo* 6, 26-58)» (*Catecismo*, 2835). A expressão *de cada dia*, «tomada num sentido temporal, é uma repetição pedagógica do “hoje” (cf. *Ex* 16, 19-21) para nos confirmar numa confiança “sem reservas”. Tomada no sentido qualitativo, significa o necessário para a vida e, de um modo mais abrangente, todo o bem

suficiente para a subsistência (cf. 1 Tm 6, 8)» (*Catecismo*, 2837).

Quinta petição: Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido

Nesta nova petição começamos por reconhecer a nossa condição de pecadores: «voltamos para Ele, como o filho pródigo (cf. Lc 15, 11-32), e reconhecemo-nos pecadores na sua presença, como o publicano (cf. Lc 18, 13). A nossa petição começa por uma “confissão” na qual, ao mesmo tempo, confessamos a nossa miséria e a sua Misericórdia» (*Catecismo*, 2839). Mas esta petição não será escutada se não respondemos previamente a uma exigência: perdoarmos aos que nos ofendem. E a razão é a seguinte: «Esta onda de misericórdia não pode penetrar nos nossos corações enquanto não tivermos perdoado àqueles que nos

ofenderam. O amor, como o Corpo de Cristo, é indivisível: nós não podemos amar a Deus, a quem não vemos, se não amarmos o irmão e a irmã, que vemos (cf. *1 Jo* 4, 20). Recusando perdoar aos nossos irmãos ou irmãs, o nosso coração fecha-se, a sua dureza torna-o impermeável ao amor misericordioso do Pai» (*Catecismo*, 2840).

Sexta petição: Não nos deixeis cair em tentação

Esta petição está relacionada com a anterior, porque o pecado é consequência do consentimento livre à tentação. Por isso, agora «pedimos ao nosso Pai que não nos “deixe cair” na tentação (...). O que Lhe pedimos é que não nos deixe seguir pelo caminho que conduz ao pecado. Nós andamos empenhados no combate “entre a carne e o Espírito”. Esta petição implora o Espírito de

discernimento e de fortaleza» (*Catecismo*, 2846). Deus dá-nos sempre a sua graça para vencer as tentações: «Deus que é fiel, não permitirá que sejais tentados além do que podem as vossas forças. Em caso de tentação, dar-vos-á os meios de lhe resistir» (*1 Cor 10, 13*), mas para vencer sempre as tentações é necessário rezar: «Ora um tal combate e uma tal vitória só são possíveis pela oração. Foi pela oração que Jesus venceu o Tentador desde o princípio (cf. *Mt 4, 11*) e no último combate da sua agonia (cf. *Mt 26, 36-44*). Foi ao seu combate e à sua agonia que Cristo nos uniu nesta petição ao nosso Pai. (...). Esta petição adquire todo o seu sentido dramático, quando relacionada com a tentação final do nosso combate na terra: ela pede a *perseverança final*. “Olhai que vou chegar como um ladrão: feliz de quem estiver vigilante” (*Ap 16, 15*)» (*Catecismo*, 2849).

Sétima petição: livrai-nos do mal

A última petição está contida na oração sacerdotal de Jesus ao Pai: «Não te peço que os tires do mundo, mas que os guardes do Mal» (Jo 17, 15). Com efeito, nesta petição, «o Mal não é uma abstracção, mas designa uma pessoa, Satanás, o Maligno, o anjo que se opõe a Deus. O “Diabo” [“dia-bolos”] é aquele que “se atravessa” no desígnio de Deus e da “sua obra” de salvação realizada em Cristo» (*Catecismo*, 2851). Além disso, «ao pedirmos para ser libertados do Maligno, pedimos igualmente para sermos livres de todos os males, presentes, passados e futuros, dos quais ele é autor ou instigador» (*Catecismo*, 2854), especialmente do pecado, o único verdadeiro mal [17], e da sua pena, que é a condenação eterna. Os outros males e tribulações podem converter-se em bens, se os

aceitamos e os unimos aos padecimentos de Cristo na Cruz.

*Manuel Belda Bibliografia básica:
Catecismo da Igreja Católica,
2759-2865.*

Bento XVI-Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré*, Esfera dos Livros, Lisboa 2007, pp. 173-219 (capítulo dedicado à oração do Senhor).

Leituras recomendadas:

São Josemaria, Homilias “A Intimidade com Deus” e “Rumo à santidade”, em *Amigos de Deus* , 142-153 e 294-316.

J. Burggraf, *El sentido de la filiación divina* , en A.A.V.V., *Santidad y mundo* , Pamplona 1996, pp. 109-127.

F. Fernández-Carvajal y P. Beteta, *Hijos de Dios. La filiación divina que vivió y predicó el beato Josemaría Escrivá* , Madrid 1995.

F. Ocáriz, *A filiação divina na vida e nos ensinamentos do Beato Josemaría Escrivá*, em *Viver como filhos de Deus*, Rei dos Livros, Lisboa 2000, pp. 17-105.

B. Perquin, *Abba, Padre: para alabanza de tu gloria*, Madrid 1999.

J. Sesé, *La conciencia de la filiación divina, fuente de vida espiritual*, en J.L. Illanes (dir.), *El Dios y Padre de Nuestro Señor Jesucristo*, XX Simpósio Internacional de Teologia da Universidade de Navarra, Pamplona 2000, pp. 495-517.

J. Stöhr, *La vida del cristiano según el espíritu de filiación divina*, em «*Scripta Theologica*» 24 (1992/3) 872-893.

Notas

[1] João Paulo II, *Alocução*, 1-VII-1987, 3.

[2] São Josemaria, *Cristo que Passa* , 13.

[3] *Ibidem*, 36.

[4] São Josemaria, *Amigos de Deus* , 146.

[5] São Josemaria , *Temas Actuais do Cristianismo* , 102.

[6] São Josemaria, *Cristo que passa* , 64.

[7] São Josemaria, *Forja* , 332.

[8] São Josemaria, *Amigos de Deus* , 143.

[9] São Tomás Moro, *Um homem só. Cartas da Torre* , n. 7 (Carta de Margaret a Alice, Agosto de 1534, relatando uma longa entrevista com o pai na prisão), Madrid 1988, p. 65.

[10] São Josemaria, *Forja* , 929.

[11] São Josemaria, *Via Sacra* , I
Estação, *Ponto de meditação* , n. 1.

[12] São Francisco de Sales,
Conversaciones espirituales , n. 16, 7,
en *Obras Selectas de San Francisco de
Sales* , vol. I, p. 724.

[13] São Josemaria, *Caminho* , 864.

[14] São Tomás de Aquino, *Summa
Theologiæ* , II-II, 83, 9.

[15] São Cipriano, *De Dominica
Oratione* , 12.

[16] *Ibidem* , 14.

[17] Cf. São Josemaria, *Caminho* , 386.